

Prática



Teoria

Uma análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Bahia¹

Na busca de transformação, as Instituições de Ensino Superior (IES) planejam e realizam ações que viabilizam o processo de qualificação do ensino público. Assim, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas da Bahia, à luz dos princípios que norteiam o projeto pedagógico (Igualdade, Qualidade, Gestão Democrática, Liberdade e Valorização do Magistério), uma vez que estão atrelados a uma construção coletiva e de revisão contínua do processo ensino-aprendizagem. Com efeito, para dar conta de atingir o objetivo proposto, desenvolveu-se uma pesquisa do tipo qualitativo-descritiva. O método escolhido foi a análise documental dos PPP de cinco IES Públicas do Estado da Bahia (UEFS, UNEB, UFBA, UESC e UESB), pela qual se constatou que, ao se delinear os critérios para a elaboração do PPP, as IES apresentaram projetos pouco condizentes com a realidade das comunidades envolvidas, apesar de estarem alinhadas aos princípios norteadores do projeto pedagógico. Isso evidencia uma dicotomia entre o que está escrito e a prática de ensino nos cursos de Ciências Contábeis. Com efeito, conclui-se que os projetos pedagógicos da IES baianas apresentam fragilidades no que se concerne à contemplação plena das disciplinas na matriz curricular, porquanto deveriam estar alinhadas à principal ênfase do curso, possuindo em seu elenco disciplinas voltadas para realidade das IES.

Isac Pimentel Guimarães

Graduando do Curso de Ciências Contábeis da UFBA. Graduando do Curso Pedagogia: Gestão e Coordenação pela UNEB.

Sonia Maria da Silva Gomes

Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Professora do Programa de Mestrado em Contabilidade - FCC/UFBA.

Vilma Geni Slomski

Ph.D em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Doutora em Educação pela FE/USP. Professora do Programa de Mestrado em Contabilidade - FECAP/SP

Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Doutor em Educação pela Universidade do Minho - Portugal; Mestre em Contabilidade pela FVC/BA. Professor da UFBA, UEFS e FVC.

Marcelo Rocha Oliveira

Doutor em Gestão de Empresas pela Universidad Autónoma de Assuncion, UAA, Paraguai. Mestre em Contabilidade pela FVC/BA; Professor da Faculdade Castro Alves - BA e UNIME.

¹ A primeira versão deste trabalho foi apresentada no 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2008, Gramado - RS, com o título: "Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis - Uma Abordagem Interdisciplinar nas IES Públicas da Bahia".

1. Introdução

As recentes mudanças na conjuntura mundial têm estimulado reflexões sobre o papel da universidade. Sua função não é apenas capacitar os acadêmicos para novos postos de trabalho, mas, principalmente, para exercerem com consciência a cidadania, para que a autonomia, o senso crítico e o desenvolvimento intelectual sejam pontos-chaves no processo de inserção social e profissional. Este entendimento corrobora com a ideia de que a universidade deve zelar pela qualidade do trabalho acadêmico que realiza e pela competência dos profissionais que forma. Assim, deve priorizar o desenvolvimento de competências, habilidades, valores e conhecimentos em função dos novos saberes que se produzem e que exigem um novo perfil profissional.

Ao se questionar o desempenho do profissional formado pela universidade, é a qualidade do ensino ministrado que concretamente está em avaliação. Nesse sentido é que caminha a reforma universitária. A LDB (1996) traz orientações governamentais para direcionar o processo de formação humana, via direção e centralização da orientação curricular sob os auspícios do Estado - nos Projetos de Escolarização do Sistema Nacional de Educação Superior (DCN).

A LDB (1996), em seu capítulo IV, Art. 43º, I, indica que a finalidade da educação é "estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo". No Título I - Da Educação, § 2º, consta que "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social". Isso indica as dimensões da vida ou os contextos valorizados pela LDB: o trabalho e a cidadania ativa para o exercício consciente dos direitos

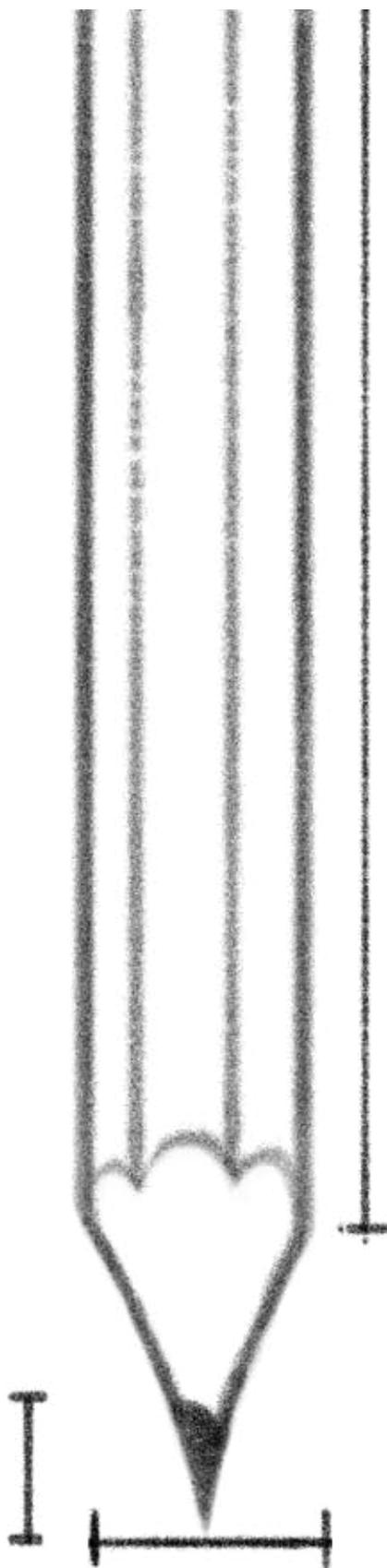
e deveres, em especial a educação no processo de construção social.

Essas ideias indicam que a aquisição de conhecimentos, habilidades, competências e valores dependem de um ensino que estabeleça a ponte entre a teoria e a prática, ligando os mundos do trabalho e o da ciência. Entretanto, o ensino superior no Brasil tem se guiado pelo paradigma linear e cartesiano, o qual dissocia o pensamento da ação. Para sintonizar a universidade com uma nova ordem mundial, os paradigmas do mundo moderno e a formação científica e tecnológica dos alunos, a LDB (1996) instituiu a adequação dos cursos de graduação via Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

As DCN superam os estreitos contornos de currículos mínimos obrigatórios, permitindo uma **organização curricular com relativa liberdade e flexibilidade**. Nesse novo contexto, tal organização deverá prever: a) permeabilidade em relação às transformações que ocorrem no mundo científico e nos processos sociais; b) a **interdisciplinaridade**; c) a formação sintonizada com a realidade social; d) a perspectiva de uma educação continuada ao longo da vida; e) a articulação teoria/prática presente na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esses objetivos apontam as mudanças trazidas pelas DCN, as quais indicam a abertura e a flexibilização das grades curriculares. Amplia-se, assim, o leque de possibilidades a partir do **Projeto Político-Pedagógico** da IES, o qual deverá assentar-se sobre os conceitos de **autonomia acadêmica** e **flexibilização**, só podendo se tornar realidade por meio de um currículo interdisciplinar.

Para que haja aplicabilidade e efetividade desses conceitos, o Projeto Político-Pedagógico deverá ser entendido como um instrumento que tem a função de **ser orientador e condutor do presente e do futuro**. Nesse sentido, sua intenção



é **projetar, lançar, orientar, dar direção às ideias** e aos processos pedagógicos alicerçados nas reflexões e ações do corpo docente.

Discutir sobre Projeto Pedagógico não é novidade, uma vez que o PPP da IES ou do curso sempre existiu. Entretanto, a falta de participação coletiva dos professores na sua elaboração e a falta de clareza na compreensão da ideia de “projeto” favorecem sua implantação de forma burocrática e fragmentada. Essa era a essência da LDB/68, Lei n.º 5.692, a qual solicitava apenas o cumprimento das orientações emanadas do poder central.

Para Siqueira (2003), a elaboração do currículo tradicional baseia-se na “hiperespecialização” e essa prática deveria dar lugar ao “reconhecimento da complexidade do mundo atual”, pela superação de limites “epistemológicos, psicossociológicos, institucionais”. Para garantir sua empregabilidade, o profissional precisa ter ampla noção do mundo, sem se isolar em especializações que, embora lhe permitam exercer a profissão, negam-lhe a competência exigida pelo mercado de trabalho global. Chaves (2007) assevera que os grandes desafios humanísticos, científicos e tecnológicos têm quase sempre caráter interdisciplinar e somente podem ser resolvidos por equipes de profissionais de diversas áreas.

A nova LDB (Lei n.º 9.394/96) defende a ideia da colaboração, do trabalho em equipe e da construção de um PPP elaborado de forma participativa e colaborativa, originado no seio da coletividade docente, discente e administrativa, dando identidade à IES ou ao curso. É a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa (VEIGA, 2006).

É desse ponto de vista que se pretende tratar a questão do PPP nos cursos de Ciências Contábeis. A formação de contadores globaliza-

dos remete à discussão sobre a construção de um projeto pedagógico do curso e a elaboração de currículos próprios adequados ao atual cenário econômico, em que a formação dos profissionais possa responder aos desafios que o mundo lhes coloca.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) promulgou a Resolução n.º 10, CNE/CES, de 16 de dezembro de 2004. Em seu artigo 2º revela a preocupação em atribuir autonomia e flexibilidade ao ensino e apresenta a proposta de alteração dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil.

Nesse sentido, as IES deverão estabelecer a organização curricular por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos: a) I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades; b) II - componentes curriculares integrantes; c) III - sistema de avaliação do estudante e do curso; d) IV - estágio curricular supervisionado; e) V - atividades complementares; f) VI - monografia, proje-

to de iniciação científica ou projeto de atividade - como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - componente opcional da instituição; g) VII - regime acadêmico de oferta; h) VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido projeto.

A descrição dos aspectos do Projeto Pedagógico que as IES devem seguir torna clara a tentativa de formar profissionais qualificados. Mas se sabe dos problemas que ainda persistem e que impedem que a alteração curricular cumpra a proposta de “atribuir uma autonomia e flexibilidade” sugerida pelas DCN.

As alterações, em decorrência das mudanças curriculares, têm sido hoje uma prática comum nas universidades, pois as discussões sobre o PPP dos cursos perpassam pelas disciplinas básicas e profissionalizantes, se possuem, ou não, atividades interdisciplinares; se as aulas práticas atendem, ou não, às necessidades dos alunos; se os programas estão, ou não, atualizados com o mercado; se os cursos estão preocupados, ou não, com as tecnologias,

“ Para garantir sua empregabilidade, o profissional precisa ter ampla noção do mundo, sem se isolar em especializações que, embora lhe permitam exercer a profissão, negam-lhe a competência exigida pelo mercado de trabalho global. ”

e a partir daí pensam em organizar uma nova abordagem curricular.

Sendo assim, é pertinente considerar alguns questionamentos acerca da construção do PPP: qual a estratégia adequada para a construção coletiva de um projeto pedagógico capaz de atender de um lado às necessidades dos alunos e de outro à mediação do saber? Qual é o contexto filosófico, sociopolítico, econômico e cultural em que as IES estão inseridas? Que princípios são contemplados no projeto pedagógico essenciais à formação do contador? Até que ponto o PPP contempla o discente como centro do processo educativo? Como construir um conhecimento interdisciplinar e globalizador para a compreensão das relações sociais? O PPP viabiliza a aquisição de conhecimentos e habilidades intelectuais aliadas às atitudes de cooperação, coresponsabilidade, iniciativa, organização e decisão?

Em vista disso, vê-se que educar na diversidade constitui um desafio de superar a postura individual em favor de um projeto coletivo, no qual a formação continuada emerge como eixo norteador de múltiplas atividades. Assim, o presente trabalho tem o objetivo desenvolver uma análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas da Bahia, à luz dos princípios que norteiam o projeto pedagógico (Igualdade, Qualidade, Gestão democrática, Liberdade e Valorização do magistério), uma vez que estão atrelados a uma construção coletiva e de revisão contínua do processo ensino-aprendizagem.

Prática

Entende-se que a implementação do PPP é condição para que se afirme (ou se construa simultaneamente) a identidade da IES, como um espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania. Como instrumento de planejamento educacional, é no PPP onde são definidas as prioridades e as necessidades de uma instituição universitária, para o direcionamento de sua atuação rumo à qualidade de ensino superior, sem olvidar que, atrás de um PPP, ficam resgatadas a identidade da instituição, a sua intencionalidade e a revelação de seus compromissos.

2. Fundamentação teórica

2.1. Reflexões acerca do Projeto Político-Pedagógico

A configuração PPP constitui-se um processo democrático de decisões que se preocupam em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias e, por sua vez, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da IES e os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Assim, o PPP é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso defendido coletivamente. Por isso, todo

PPP é também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 2004). Na dimensão pedagógica, reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da universidade, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo - pedagógico no sentido de se definirem as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósito e sua intencionalidade.

Nessa perspectiva, o PPP vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas técnico-burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da universidade e, com efeito, visto como instrumento vivo de referências para nortear ações efetivas na indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, para a melhoria do curso de Ciências Contábeis (LAFFIN, 2004; VEIGA, 2005).

A principal possibilidade de construção do PPP passa pela relativa autonomia das IES e de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isso significa resgatar a instituição como espaço democrático, lugar de diálogo, fundado na reflexão coletiva. Assim sendo, para Vasconcelos (2006), o PPP deve ser

Teoria

entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade.

Para Veiga (2004), o PPP, enquanto organização do trabalho, deverá estar fundamentado nos princípios que deverão nortear a instituição democrática, pública e gratuita. Os princípios norteadores estão sintetizados no Quadro 1.

Não obstante, o PPP exige profunda reflexão sobre as finalidades da educação, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e as ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo aglutinará crenças, convicções, conhecimento da comunidade, do contexto

social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Para Arroyo (1994), a escola constrói sujeitos coletivos de vivências humanizadoras, de valores, de interações, de linguagens múltiplas, de comunicação, de pesquisa-produção, de interação com a cidadania e com a multiplicidade de processos de produção-reprodução.

Assim, a construção do PPP, comprometido com a melhoria da qualidade de ensino, passa pela melhoria da universidade sobre a condição dos indivíduos como sujeitos sociais. Especificamente em relação ao aluno, deve oportunizar a apropriação dos conhecimentos humanos e técnicos historicamente produzidos, na perspectiva de melhor contribuir para sua inserção crítica no contexto das relações sociais, em nível macro, como um ser que se humaniza cada vez mais. Nesse enfoque, a escola não pode res-

tringir suas práticas avaliativas à questão administrativa, uma vez que a perspectiva burocrática não é, de forma alguma, o mundo do conhecimento (DEMO, 1997).

Como pode ser analisado no Quadro 2, no decorrer do processo de construção do PPP, Veiga (2004) considera dois momentos interligados e permeados pela avaliação: o da concepção e o da execução.

Assim, o PPP aponta o rumo, a direção, o sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e, por sua vez, permitindo as relações horizontais no interior da universidade.

Quadro 1 – Princípios Norteadores do PPP.

Princípios Norteadores	Definições
Igualdade	A Igualdade de oportunidades requer mais que a expansão quantitativa de ofertas; requer ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade.
Qualidade	O desafio que se coloca ao PPP da escola é o de propiciar uma qualidade para todos; uma qualidade que implica duas dimensões indissociáveis: a formal ou técnica e a política.
Gestão democrática	É o princípio consagrado pela constituição vigente e abrangem as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras; exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica, visando romper com a separação entre concepção e a execução; entre o pensar e o fazer; entre teoria e prática.
Liberdade	A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas.
Valorização do magistério	É o princípio central na discussão do PPP; a qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do País.

Fonte: Elaborado pelos autores, set. 2008.

Quadro 2 – Concepção e Execução do PPP

Concepção	Execução
Processo participativo e de decisões	Nasce da própria realidade
Desvela os conflitos e as contradições	É exequível e contempla a avaliação
Princípios baseados na autonomia e solidariedade	Ação articulada de todos os envolvidos
Compromisso com a formação do cidadão	É construído continuamente

Fonte: Elaborado pelos autores, set. 2008.

Quadro 3 - Componentes do PPP

Marco Referencial	Diagnóstico	Programação
O que queremos alcançar?	O que nos falta para ser o que desejamos?	O que faremos concretamente para suprir tal falta?
Essa pergunta deve encontrar respostas na visão que na instituição que o planeja tem de Mundo, de Homem, de Escola, de Sociedade e das características das ações educativas que devem ser implementadas.	Após mapear as necessidades da IES, devem-se elaborar as metas que se pretende para atingir os objetivos previamente delineados.	É a ação efetiva para que os objetivos possam ser alcançados. É a procura dos meios necessários para atingir as metas.

Fonte: Adaptado Vasconcelos (2006, p.170)

Dessa forma, o PPP é composto de três partes articuladas entre si: Marco Referencial, Diagnóstico e Programação, conforme detalhado no Quadro 3.

O envolvimento e o comprometimento com o PPP devem revelar não apenas uma concepção própria do que seja o processo ensino-aprendizagem, mas fundamentalmente uma compreensão e uma apropriação do trabalho em educação. A apropriação do trabalho em educação implica fazer com que o PPP garanta um processo de reflexão da ação, da organização do trabalho e das relações do curso de Ciências Contábeis com a instituição universitária.

2.2. Uma concepção de currículo interdisciplinar no curso de Ciências Contábeis

O currículo é um constitutivo da organização escolar; implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. É uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos; e a forma de assimilá-los.

Um currículo em atos encontra-se nas mais diferenciadas atitudes de afirmação, identificando os substratos da experiência como alimento para o exercício do pensamento.

O currículo não é um produto dos determinantes estruturais da sociedade analisados como uma mecânica. Implicado ideologicamente com a estrutura social, o currículo é produzido por mediações humanas que lhe configuram. Agentes e atores aí se dinamizam numa relação dialógica e dialética incessante (APPLE, 1989; MACEDO, 2007).

Na organização curricular, é preciso considerar que o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia e a instituição precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. A determinação desse conhecimento, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante quanto da cultura popular.

Segundo Freire (2007), o currículo não deverá estar sintetizado no conceito de educação bancária, uma vez que expressa uma visão epistemológica que concebe o conhecimento como sendo constituído de informações e de fatos a serem simplesmente transferidos do professor para o aluno. Nessa concepção, o educador exerce sempre um papel ativo, enquanto o educando está limitado a uma recepção passiva.

Com base em Bernstein (1989) e Goodson (1995), a instituição deve sempre buscar formas de organização curricular em que o

conhecimento escolar (conteúdo) estabeleça uma relação aberta e interrelacione-se em torno de uma ideia integradora. O currículo pode ser entendido como o elemento simbólico que expressa as intenções e as representações da IES na produção de sua identidade cultural. Trata-se de um sistema de mensagem que constitui aquilo que conta como válido a ser transmitido. O currículo conduz a produção cultural existente dentro de um contexto de saberes, valores, atitudes; cada ator envolvido no currículo arquiteta o seu espaço e a sua subjetividade.

O currículo entendido como Função Social proporciona uma interação entre a escola e a sociedade, reproduzindo os seus itinerários históricos ou construindo um espaço de conflitos e compromissos dentro das contradições emergidas dessas relações. Nessa perspectiva, Dewey (1916) fez florescer a ideia de educação como processo social, que é o instrumento primordial e mais eficaz para a reconstrução social.

No currículo visto como Expressão Formal e Material, surge sempre a figura dos conteúdos como elemento primordial para sua existência. A seleção desses mesmos conteúdos faz com que o currículo possa favorecer mais a uns do que a outros, desde quando a seleção é realizada previamente pelos professores e coordenações, respeitando e legitimando conhecimentos que o indivíduo ou o grupo que o elaborou acha pertinentes a serem abordados. Contudo, o sujeito que aprende dificilmente é consultado das suas necessidades de aprendizagem, o que faz com que o conhecimento seja oferecido dentro de uma percepção muitas vezes alheia ao desejo do aprendiz.

Salienta então Pacheco (2000) que a seleção de conteúdos do currículo favorece mais a uns do que a outros. Os grupos de interesses e especialistas impõem prioritaria-

mente os seus pontos de vista no processo de determinação dos conteúdos curriculares considerados mais relevantes.

O currículo como Projeto ou Plano Educativo desempenha um lugar preponderante na ambiência escolar em função de contribuir para a organização das aprendizagens. Essa organização acontece tanto no campo explícito como implícito. Subjacentes a essa estruturação curricular, surgem as orientações ideológicas, políticas, culturais, sociais, econômicas e outras as quais podemos identificar como currículo pretense e, em decorrência da ação efetiva das práticas curriculares anteriormente planejadas, surge o currículo real. "E quanto mais a escola existir em termos de práticas de aprendizagens mais o currículo é conceituado como um plano, um dispositivo que contém não só o que deve ser ensinado, bem como as orientações para a sua interpretação"(PACHECO, 2000).

O currículo como Campo Prático traduz a sua aplicabilidade dos conhecimentos, o que não se deve reduzir a uma visão de currículo utilitarista, porque os conhecimentos sistematizados que a escola organiza nem sempre podem acontecer o imediatismo de seu uso. Dentro da lógica do mercado, o currículo pode ser entendido pela sua utilidade e que o aluno é visto como um produto que quanto mais trabalhado for, supostamente mais eficiente se tornará para atender às necessidades do mercado.

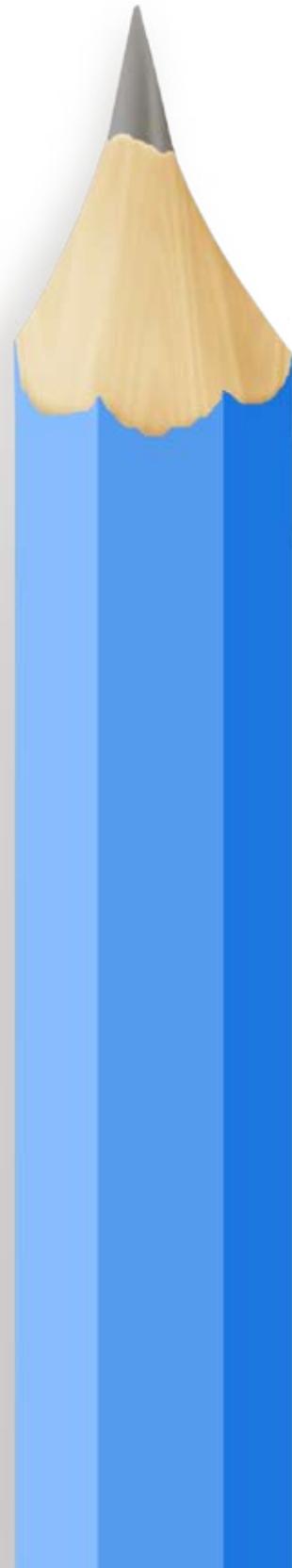
Entender o currículo como Atividade Discursiva Acadêmica é perceber o quanto de diálogos têm surgido historicamente na academia a respeito das teorias curriculares e das possibilidades que cada ideia pode contribuir para uma prática efetiva. O mar semântico que atravessa hoje o campo curricular e as tensões teóricas e ideológicas que estão efervescentes no sécu-

lo XXI faz-nos pensar nas teorias curriculares como um espelho que reflete a sua imagem naquele que as criou, ou seja, muitas ideias não conseguem transpor do campo teórico para o campo prático.

Sacristán (1998) enfatiza que as práticas de ensino e seus componentes permitem inferir que o currículo, como lição de múltiplos agentes, produz em suas margens um espaço para produzir ações que configuram a sua própria estrutura. A compreensão do currículo como um núcleo que se constrói a partir de diferentes agentes e de ações - ao mesmo tempo em que requer um tipo de intervenção explicitamente atuante das decisões dos professores - implica que seja aceito como uma construção temporal e histórica.

O currículo é, definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indelévels das relações sociais do poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz, culturalmente, as estruturas sociais. O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classe da sociedade capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é um território político. Em suma, o currículo atua ideologicamente para manter a crença de que a forma capitalista de organização da sociedade é boa e desejável (PACHECO, 2005).

Fazenda (2005) afirma que os currículos organizados pelas disciplinas tradicionais conduzem o aluno apenas a um acúmulo de informações que de pouco ou nada valerão na sua vida profissional. Já para Cool (2003), o currículo é um instrumento que leva em conta as diversas possibilidades de aprendizagem não só no que concerne à seleção de



metas e conteúdos, mas também na maneira de planejar as atividades.

Iudícibus e Marion (1999) assentam que este cenário educacional é delicado e apontam como principais fatores deficientes no ensino a falta de adequação do currículo, atrelada à falta de um programa bem definido para a prática contábil, falta de preparo do corpo docente, deficiência na metodologia de ensino da Contabilidade introdutório e proliferação das instituições de ensino e órgão de classe.

Assim, o papel da Matriz Curricular para os cursos de Ciências Contábeis na formação dos contadores também tem sido bastante discutido. Tais discussões envolvem características como sexo, raça e habilidades, bem como influências do meio educacional, social e político. Além disso, outra discussão se torna importante nos dias de hoje: a internacionalização e a globalização de programas acadêmicos que podem envolver conhecimento de línguas estrangeiras, cultura geral, entre outras características (ADHIKARI *et al*, 1999, *apud* RICCIO e SAKATA, 2004).

Na concepção de Nossa (1999), a melhoria na qualidade de ensino não depende somente das mudanças curriculares e estruturais das Instituições de Ensino Superior, mas, principalmente, da seriedade, da dedicação e do compromisso assumido pelos profissionais na capacidade de formar bons profissionais e não apenas informá-los sobre alguns conteúdos. Para ele, torna-se necessária a implementação do Currículo Contador Global, em que o conteúdo é voltado de forma interdisciplinar para as áreas de métodos quantitativos,

teoria econômica aplicada, processo decisório, sistema de informação, finanças, tecnologia da informação estratégica, além do conhecimento técnico em Contabilidade, isso tudo de forma que leve o aluno a aprender a aprender.

A interdisciplinaridade leva ao educando a compreensão da realidade, de modo total, crítico e articulado com outras áreas do conhecimento, para que aquele possa desenvolver a capacidade de criação de novos conhecimentos, tornando-se o pilar na construção do conhecimento integral, capaz de destruir as fronteiras das disciplinas. Compreende-se a necessidade de substituir, no curso de Ciências Contábeis, a especialidade pela complexidade, formando e construindo a inter-relação entre as partes, no sentido de formarem um todo na busca pelo conhecimento integral do futuro contador.

O currículo deverá ser entendido como um artefato que, ao mesmo tempo, traz para a instituição elementos que existem no mundo e cria, na própria instituição sentidos para o mundo - passa a ser visto como ocupando uma posição central nos processos de identidade social, de representação, de regulação moral. O currículo é assim resultante de discursividades diferentes, de intencionalidades diversas, de representações várias; nem sempre mostra, na superfície, tudo o que pode mostrar ou significar em termos de consequências que pode produzir.

Uma abordagem interdisciplinar numa visão curricular contribuirá para que a matriz dos cursos de Ciências Contábeis esteja com

as disciplinas integradas entre si, pois, ao pensar o termo interdisciplinar, nos reporta à condição existencial da disciplina como condição primeira para que se possa ocorrer uma perspectiva interdisciplinar. A dificuldade da práxis interdisciplinar encontra-se na dependência dos múltiplos espaços disciplinares. Druby *apud* Santomé (1998) fortalece essa visão quando afirma que ninguém pode se fechar em sua toca; todos necessitam acompanhar atentamente o que acontece nas disciplinas vizinhas.

Santomé (1998) lembra que uma disciplina é uma maneira de organizar e delimitar um território de trabalho, de concentrar a pesquisa e as experiências de um determinado ângulo de visão. A interdisciplinaridade busca a integração das disciplinas numa atuação holística, tendo a compreensão de que nada funciona isoladamente, pois tudo tem que ser ajustado com tudo.

3. Metodologia

Em vista do objetivo do presente estudo, entendeu-se que a pesquisa qualitativa-descritiva seria a mais adequada. Segundo Gil (2002, p. 45), a pesquisa descritiva "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno". De acordo com o autor, dentre as pesquisas descritivas "salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo". Já para Matias (2007), os estudos descritivos buscam examinar algum fenômeno para descrevê-lo de forma integral.

Nesta pesquisa, a abordagem

“Compreende-se a necessidade de substituir, no curso de Ciências Contábeis, a especialidade pela complexidade, formando e construindo a inter-relação entre as partes, no sentido de formarem um todo na busca pelo conhecimento integral do futuro contador.”

quantitativa não faria sentido, uma vez que se busca “capturar a perspectiva dos participantes”. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa possibilitam, em maior nível de profundidade, a preocupação com o processo, que é muito maior do que com o produto; busca-se o “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida, pois são focos de atenção especial pelo pesquisador; a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, sendo estas as características da pesquisa qualitativa (LÜDKE & ANDRÉ, 1996, p. 13).

A população-alvo foram as IES públicas do Estado da Bahia, constante no cadastro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Deste cadastro, tirou-se uma amostra não probabilística e definida pelo critério da acessibilidade. Desse modo, as IES escolhidas foram: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade do Estado da Bahia - Campus IX - Barreiras (UNEB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade do Sudoeste da Bahia - Campus I - Vitória da Conquista (UESB); e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Assim, utilizou-se como técnica de coleta de dados o estudo documental. A **pesquisa documental** tem como base instrumental os materiais impressos, fundamentalmente, para fins de leitura. É realizada em

documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou em documentos pessoais. Esse tipo de pesquisa tem como fonte materiais que não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002). O instrumento de coleta de dados versou sobre seis questões gerais acerca do PPP, tais como: a) Perfil Institucional; b) Concepção do Curso e sua Proposta Pedagógica; c) Matriz Curricular; d) Currículo e Interdisciplinaridade; e) Competências e Habilidades; f) A ênfase dada às Produções Científica, tomando como base os princípios norteadores do PPP: Igualdade, Qualidade, Gestão democrática, Liberdade e Valorização do magistério.

Além disso, os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Esta é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Bardin (1977, p.42) a define como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. De acordo com Bardin (2006), a Aná-

lise de Conteúdo é estruturada em três fases distintas: 1) a pré-análise; 2) a análise do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Seu desenvolvimento basear-se-á em informações descritivas e comparativas.

4. Resultados da pesquisa

Em vista dos objetivos da pesquisa, os resultados são apresentados de acordo com a estruturação do instrumento de coleta de dados, o qual foi estruturado em seis tópicos essenciais.

A primeira parte envolveu um levantamento do perfil das IES envolvidas no estudo. O segundo eixo teve como objetivo identificar e apontar a concepção dos cursos de Ciências Contábeis e suas propostas pedagógicas. A terceira parte buscou identificar e apontar a matriz do curso e as disciplinas voltadas para a formação do profissional da área contábil. Na quarta dimensão, verificou-se o currículo à luz do conceito de interdisciplinaridade.

A quinta dimensão teve como objetivo identificar que competências e habilidades são contempladas pelos currículos. A sexta e última questão teve como objetivo verificar se existe articulação entre ensino e pesquisa, bem como as ações e o destaque do curso em relação a essa dimensão da formação do aluno.

Quadro 4 - Perfil Institucional das IES Públicas da Bahia

IES	Perfil Institucional
UEFS	Segundo o PPP, a universidade se encontra inserida numa comunidade de aproximadamente 550.000 habitantes, que é a cidade comercial de Feira de Santana, interior da Bahia. Essa instituição tem o compromisso de fazer com que o processo de desenvolvimento da Cidade esteja relacionado com a Universidade, tanto pelo preparo de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho, como também pela formação de cidadãos comprometidos com o bem-estar social.
UNEB	A unidade em análise é o Campus IX, localizado no município de Barreiras, região oeste do Estado da Bahia. Conforme o PPP desta unidade, o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis é voltado e integrado ao desenvolvimento sociopolítico e econômico da região, que se caracteriza pela produção de grãos, sobretudo soja, de forma a oferecer auxílio técnico especializado ao modelo econômico predominante na região.
UFBA	A Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia prima pela excelência em todos os seus planos de ação, incluindo um programa de qualificação dos professores, que coaduna com o princípio de valorização do magistério e que constitui um princípio central na discussão do projeto político, além de perpassar pela educação continuada como forma de melhorar a qualidade da formação profissional.
UESB	A abrangência espacial da região sudoeste, centralizada em Vitória da Conquista, é muito ampla, com uma relação direta com mais de 60 municípios. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia possui mais dois campi universitários, sendo um na cidade de Jequié, importante pólo comercial e de serviços da região, com uma população de 170 mil habitantes e, outro, na cidade de Itapetinga, que se destaca como pólo pastoril do Estado, com população de 58 mil habitantes.
UESC	A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), situada entre os pólos urbanos de Ilhéus e Itabuna, a quase 500 quilômetros de Salvador. A UESC está comprometida com a formação da cidadania, interagindo com a comunidade que a mantém e usufrui dos bens e serviços reconhecidos e valorizados pela população. O papel dessa instituição no contexto regional, portanto, remete para o entendimento dos valores no meio que a cerca e tal percepção conduz para a interação da entidade com os movimentos sociais.

Fonte: Dados da Pesquisa, set./2008.

Quadro 5 – Concepção dos Cursos e suas propostas Pedagógicas

IES	Concepção dos cursos e suas propostas pedagógicas
UEFS	Evidencia-se, em linhas gerais, que o curso possui ênfase em Controladoria. Entretanto, verifica-se a não contemplação plena de disciplinas em sua matriz curricular que possam satisfazer a essa ênfase, uma vez que a disciplina Controladoria consta como optativa, o que deveria remeter a um componente obrigatório do eixo de formação profissional. Quanto às atividades complementares, o PPP apenas relaciona, não demonstrando como serão feitas as atividades. Assim, entende-se que não contemplam em sua totalidade os princípios norteadores de um projeto pedagógico coeso e bem elaborado.
UNEB	Percebe-se um alinhamento entre a concepção do PPP e os princípios norteadores que regem a sua construção, tais como o princípio norteador da liberdade que abrange a autonomia, que foi contemplada com a elaboração de projetos voltados para as peculiaridades da região onde a universidade está inserida. A construção do projeto pedagógico da UNEB-Barreiras contou com a participação de segmentos da comunidade envolvida, favorecendo a qualidade do currículo e indo ao encontro do princípio norteador da gestão democrática, em que se pretende acabar com a segregação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer.
UFBA	Não apresenta ênfase ou concentração em áreas específicas. Observa-se uma flexibilidade quanto ao oferecimento das disciplinas a partir do 4º semestre, uma vez que são oferecidas no turno noturno, apesar de o curso estar registrado como diurno. Isso ocorre em virtude do perfil do aluno, que já inicia suas atividades laborais durante o dia, o que confere um dinamismo necessário norteado pelo princípio da gestão democrática.
UESB	Evidencia um viés estruturado nas áreas agropecuárias e de prestação de serviços, motivados pela estrutura comercial bem desenvolvida da região. No que concerne às atividades complementares, a instituição as distribui em três categorias: ensino, pesquisa e extensão. Relacionando as atividades de ensino ao exercício da monitoria em disciplinas do curso de Ciências Contábeis e na participação de grupos de estudos.
UESC	Não identifica áreas de concentração específica, apesar da sua localização e da ênfase à atividade cacaueira. A característica marcante do seu PPP está em aperfeiçoar profissionais na área de Contabilidade, na busca constante e crescente dos conhecimentos econômicos para o desenvolvimento da sociedade, por meio de profissionais conscientes e capacitados.

Fonte: Dados da Pesquisa, set./2008.

4.1. Perfil institucional dos cursos de Ciências Contábeis

O Quadro 4 evidencia o perfil das IES estudadas. Esse perfil indica que a nova LDB (Lei n.º 9394/96) defende a ideia de que cada IES deve oferecer uma educação voltada para a realidade e a necessidade dos alunos (Quadro 4).

De acordo com a nova legislação, um currículo que atende às necessidades dos alunos deve resultar da colaboração, do trabalho em equipe e da construção de um PPP elaborado de forma participativa e colaborativa, originado no seio da coletividade docente, discente e administrativa,

dando identidade à IES ou ao curso. “É a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa” (VEIGA, 2000, p. 187).

4.2. Concepção dos cursos de Ciências Contábeis X Propostas Pedagógicas

O Quadro 5 evidencia uma análise crítica sobre a concepção das IES investigadas. Os dados apresentados apontam limitações e necessidade de melhoria dos cursos em direção ao que apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis.

Em 16 de dezembro de 2004, a Resolução 10 do Conselho Nacional de Educação (MEC, 2004), instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado, determinando que cada IES deveria estabelecer, além da organização curricular descrita por meio de projeto pedagógico, outros aspectos como perfil dos formandos em termos de competências e habilidades, componentes curriculares, sistemas de avaliação, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, trabalho de

Quadro 6 – Matriz Curricular

Disciplinas/IES	UEFS		UNEB		UFBA		UESB		UESC	
	DP	CH	DP	CH	DP	CH	DP	CH	DP	CH
Contabilidade Básica I	X	60	X	75	X	68	X	60	X	60
Contabilidade Básica II	X	60	X	75	X	68	X	60	X	60
Contabilidade Intermediária/Comercial	X	60	X	150	X	68	X	60	--	--
Contabilidade Societária	--	--	--	--	--	--	--	--	X	60
Contabilidade Avançada	X	60	--	--	X	68	X	60	X	60
Contabilidade de Custos I	X	60	X	60	X	68	X	60	X	60
Contabilidade de Custos II	--	--	X	60	X	68	X	60	X	60
Gestão Estratégica de Custos	X	60	--	--	--	--	--	--	--	--
Contabilidade Gerencial	X	60	X	60	--	--	--	--	X	60
Contabilidade Atuarial	--	--	--	--	--	--	--	--	X	60
Contabilidade Social e Ambiental	--	--	--	--	--	--	--	--	X	60
Organização e Contabilidade Rural/Agroindustrial	X	60	--	--	--	--	X	60	X	60
Análise das Demonstrações Contábeis	X	60	X	60	X	68	X	60	X	60
Auditoria	X	60	X	240	X	204	X	180	X	160
Perícia Contábil e Arbitragem	X	30	X	45	X	68	X	60	X	60
Ética Geral e Profissional	X	30	X	45	X	68	X	45	X	60
Consultoria Contábil-financeira	X	60	--	--	--	--	--	--	--	--
Jogos de Empresas	X	30	--	--	--	--	--	--	X	60
Instituições Financeiras e Mercado de Capitais	X	30	X	60	X	68	--	--	--	--
Controladoria	--	--	--	--	X	68	X	60	--	--
Contabilidade Tributária/Planejamento	X	60	X	60	X	68	X	60	X	60
Contabilidade Pública	X	60	X	60	X	68	X	120	X	60
Planejamento e Orçamento Público	X	60	X	45	X	68	X	60	X	60
Orçamento Empresarial e Planejamento Estratégico	X	60	X	45	X	68	X	60	X	60
Sistemas de Informações Contábeis/Informática	X	60	X	60	X	136	--	--	X	60
Teoria da Contabilidade	X	60	X	60	X	68	X	60	X	60
História do Pensamento Contábil	X	30	X	60	--	--	--	--	--	--
Metodologia e Projeto de Pesquisa Aplicada à Contabilidade	X	90	X	60	X	68	X	120	X	60
TCC/Monografia	X	60	X	120	--	--	X	60	X	120
Tópicos Contemporâneos em Contabilidade/Seminários Contábeis	X	60	--	--	--	--	--	--	X	60
Psicologia Aplicada à Contabilidade	--	--	--	--	--	--	X	60	--	--
Laboratório Contábil	X	30	X	120	--	--	X	60	--	--
Estágio Supervisionado	X	60	X	270	X	204	X	160	X	300
Contabilidade para o Terceiro Setor	X	60	--	--	--	--	--	--	X	60

DP= Disciplina do Tronco Profissional

CH= Carga Horária

Fonte: Dados da Pesquisa, set./2008.

conclusão de curso e regime acadêmico de oferta (Quadro 5).

Os dados levantados indicam a necessidade de uma atenção maior dos gestores e das IES que oferecem cursos de Ciências Contábeis no País. Marion *et al* (2008) destacam que uma agravante do curso de Ciências Contábeis é que as disciplinas são

repetitivas, às vezes, sem seguir um processo lógico sequencial, gerando como consequência uma falta de aptidão por parte dos formandos em exercerem na prática sua profissão. Atribui ainda a existência de muitas disciplinas da grade curricular que pouco contribuem na formação do profissional contador.

4.3. Matriz Curricular - Eixo de Formação Profissional

A tarefa primordial do CNE era a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais. Os Pareceres, e depois as Resoluções do CNE que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, especificam que "as diretrizes curriculares constituem orienta-

ções para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente adotadas por todas as IES”.

O artigo 2º, da Resolução nº 10, CNE/CES, de 16 de dezembro de 2004, revela a preocupação em atribuir autonomia e flexibilidade ao ensino e apresenta a proposta de alteração dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil. As IES deverão estabelecer a organização curricular por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos: a) I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades; b) II - componentes curriculares integrantes; c) III - sistema de avaliação do estudante e do curso; d) IV - estágio curricular supervisionado; e) V - atividades complementares; f) VI - monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade - como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - componente opcional da instituição; g) VII - regime acadêmico de oferta; h) VIII - ou-

tros aspectos que tornem consistente o referido projeto (Quadro 6).

O Quadro 6 sintetiza os componentes curriculares que compõem o eixo profissional das IES analisadas. Para construir este Quadro, buscou-se agrupar os componentes curriculares obrigatórios dentro de terminologias mais abrangentes, por exemplo, se em determinada matriz havia o componente Auditoria com diversas denominações, utilizou-se apenas um terminologia, somando à carga horária.

Além disso, não se levou em consideração na análise os componentes curriculares optativos e os componentes curriculares para o eixo de formação básica. Em linha geral, os componentes curriculares da Matriz das IES examinadas estão alinhados com o artigo 2º da Resolução nº 10, CNE/CES, de 16 de dezembro de 2004.

4.4. Currículo e Interdisciplinaridade

O Quadro 7 aponta as principais

limitações dos currículos e as ações das IES para superar as dificuldades e busca, além da interdisciplinaridade, uma aproximação maior entre a sociedade e a universidade.

Os dados indicam que muito se tem a fazer em vista do cumprimento do que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Os novos parâmetros nacionais superam os estreitos contornos de currículos mínimos obrigatórios, possibilitando uma organização curricular com relativa liberdade e flexibilidade. Nesse novo contexto, tal organização deverá prever, além da interdisciplinaridade, a permeabilidade em relação às transformações que ocorrem no mundo científico e nos processos sociais; a formação sintonizada com a realidade social; a perspectiva de uma educação continuada ao longo da vida; e a articulação teoria-prática presente na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico fundamental do projeto do curso.

Quadro 7 – Currículo e Interdisciplinaridade

IES	Currículo e interdisciplinaridade
UEFS	Verifica-se a necessidade de acrescentar disciplinas que possuam correlação direta com as atividades inerentes à região em que se encontra a UEFS. A sugestão perpassa pela inclusão da disciplina Contabilidade Ambiental, que trata de questões, como sustentabilidade empresarial, indicadores ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável, que, correlacionadas ao estágio supervisionado direcionado para essa área, podem vir a surtir efeitos modificatórios na região, com a adoção de técnicas que possam levar a região a um melhor desenvolvimento tanto econômico quanto social, por parte das empresas contidas neste cenário.
UNEB	Há uma abordagem interdisciplinar na elaboração do currículo, visto o caráter interdisciplinar da equipe que concebeu e elaborou o PPP da Universidade. Ao existir a ênfase em Auditoria, o projeto expressa a não especialização em Auditoria, mas a instrumentalização do contador com funções específicas. A matriz curricular está alinhada a essa ênfase, possuindo em seu elenco várias disciplinas voltadas para essa área contábil. Mais uma vez, os princípios norteadores foram contemplados no sentido de inserção da qualidade ao projeto pedagógico dessa IES.
UFBA	O PPP desta instituição volta para a busca da interdisciplinaridade quando aborda a inserção do aluno em conhecimentos de outras áreas consideradas fundamentais ao bom desempenho profissional, tais como Economia, Administração, Métodos Quantitativos e Direito. Assim sendo, verifica-se o alinhamento ao princípio da liberdade, uma vez que tais atitudes proporcionam a autonomia ao aluno. Nessa premissa, a IES também sairá fortalecida em seu processo de ensino-aprendizagem, uma vez que tal processo ocorre em duplo sentido, ou seja, quando o educando e a IES possuem uma relação de troca harmônica, ambos saem favorecidos.
UESB	Em atendimento aos princípios norteadores da nova matriz curricular, percebe-se a ênfase a disciplinas como: Contabilidade de Prestação de Serviços, Contabilidade Agropecuária e Contabilidade Comercial como disciplinas obrigatórias. Evidencia-se também na perspectiva relacionada às disciplinas optativas a concentração de atualidades como: Tópicos Contemporâneos em Contabilidade, Empreendedorismo e Contabilidade Social. Com relação à interdisciplinaridade, não existe uma proposta clara sobre o assunto supracitado, no entanto se percebe a preocupação em invocar os alunos à participação de eventos que traduzam esse caráter interdisciplinar no incentivo às atividades complementares.
UESC	Apesar da concepção do PPP, está vinculado à formação de um profissional de qualificações gerais, não específico. A sua matriz curricular apregoa um direcionamento pautado na atividade agrária, industrial e ambiental da região. Esse detalhe permite enfatizar que o princípio norteado da matriz curricular não corrobora com a concepção do curso traçada pela instituição. Outro detalhe a ser verificado é a questão da interdisciplinaridade, em que não se encontra esse caráter de aceitabilidade ou de açambarcamento da essência produtiva do conhecimento múltiplo disciplinar e a sua coerência com a modernização do processo ensino-aprendizagem.

Fonte: Dados da Pesquisa, set./2008.

4.5. Competências e habilidades

Os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais asseguram às IES ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos. São estabelecidas as competências gerais, as competências e habilidades específicas e os conteúdos curriculares que contemplem as áreas indicadas para cada curso, incluindo aí o Estágio Curricular e Atividades Complementares, presentes no Eixo de Formação Teórico-prática.

O Quadro 8 evidencia que as instituições investigadas contemplam em seu PPP o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, o que vem ao encontro com o que propõe a LDB/96, no Título I - Da Educação, § 2º quando consta que "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social". Isso indica as dimensões da vida ou os contextos valorizados pela LDB: o trabalho e

a cidadania ativa para o exercício consciente dos direitos e deveres, em especial a educação no processo de construção social.

Essas ideias indicam que a aquisição de conhecimentos, habilidades, competências e valores dependem de um ensino que estabeleça a ponte entre a teoria e a prática, ligando os mundos do trabalho e o da ciência. Nessa direção, a Resolução 10 de 2004, do Conselho Nacional de Educação, ao descrever as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, retrata no Art. 3º que: o curso deve ensinar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a: I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades

atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; III - revelar capacidade crítico-analítica avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Tendo em vista essa formação do profissional da área contábil, Nossa (1999) defende que, para que um aluno, futuro profissional, saia da IES com essa ampla visão, entre outras necessidades, faz-se necessária a existência de um corpo docente comprometido com o ensino contábil, com uma percepção clara da realidade e dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e jurídicos, apresentando não só conhecimentos técnicos em Contabilidade e áreas afins, mas também pedagógicos, didáticos e aptidões sociais, entre outras, de modo a ser capaz de integrar ensino, pesquisa e extensão.

Ludícibus e Marion (1985) concordam com essas ideias e apre-

Quadro 8 – Competências e Habilidades

IES	Competências e habilidades
UEFS	Do mesmo modo que o perfil profissiográfico, a interdisciplinaridade não é contemplada de forma ampla no item sobre as competências e habilidades. Nota-se que a definição desse perfil aborda a questão da cidadania, quando diz que este profissional deve tratar a Contabilidade como instrumento de apoio à cidadania e, por sua vez, enfatiza que a implementação do PPP é condição necessária na construção da cidadania. A interdisciplinaridade, entretanto, não é abordada mais enfaticamente quando da necessidade de um profissional contábil dotado de visão holística e interdisciplinar da sua atividade, de forma a compreender a realidade, de modo global, bem como articulado com outras áreas do conhecimento.
UNEB	No que concerne ao perfil profissiográfico, não se confere um alinhamento com a interdisciplinaridade ao não descrever o egresso como um profissional contábil constituído de visão ética, holística, sistêmica. Um profissional contábil que seja conhecedor da sua área, bem como de outras áreas do conhecimento para que se possa competir em um mercado de trabalho em que os mesmos são exigidos a exercerem funções generalistas nas organizações. Não foi verificada a contemplação do profissional contábil socialmente responsável, voltado ao exercício da cidadania e alinhado às tendências mundiais como requisito de um bom profissional, especialmente no campo da Contabilidade.
UFBA	Conforme o PPP, esta instituição prima pela formação de profissional contábil dotado de visão sistêmica e interdisciplinar das suas atividades, além de possuir proficiência e agilidade no desenvolvimento de sistemas de informação contábil e de controle gerencial, bem como ser profundo conhecedor da sua área, como também de outras áreas do conhecimento. Deverá ter o conhecimento técnico e científico, necessários para assim possibilitar-lhe um campo de atuação muito vasto nos entes públicos e nas organizações privadas. Deverá também exercer a profissão com elevado respeito à ética, à moral, aos direitos humanos e ao exercício da cidadania.
UESB	Identificado pelo PPP, a UESB proporciona aos seus discentes uma adequação de seus programas e atualização de metodologias de ensino, de modo a permitir uma postura realista dos seus alunos quanto à sua contribuição ao desenvolvimento regional e nacional, além de permitir melhores condições de formar um profissional dentro de uma visão teórico-prática do funcionamento de uma empresa ou instituição de pesquisa e ao mesmo tempo leva a familiarizar-se com o ambiente de trabalho.
UESC	A relação dos valores identificados entre as competências e as habilidades relacionadas ao perfil profissiográfico não identifica simetria com a interdisciplinaridade pela ausência da mesma. No entanto, o perfil do profissional pretendido da Universidade Estadual de Santa Cruz passa por um profissional que seja capaz de formular suas ideias com clareza e defendê-las com conhecimento, racionalidade, lógica e tenacidade, sem perder a abertura a novas ideias. Que possa entender, analisar e acompanhar as questões contábeis e ainda, quando solicitado, se pronunciar sobre tais assuntos.

Fonte: Dados da Pesquisa, set./2008.

sentam pontos que podem representar as principais deficiências do ensino, tais como falta de adequação do currículo, falta de preparo do corpo docente, falta de um programa para a prática contábil, entre outros. O reflexo de tudo isso se dá principalmente no processo de aprendizagem do aluno.

4.6. Ensino e Pesquisas em Contabilidade

Os dados do Quadro 9 revela que as instituições investigadas declaram, minimamente, em seus PPP, que contemplam os princípios norteadores da pesquisa e das atividades de extensão baseados na promoção de estudos na área contábil. Segundo a LDB/96, os cursos deverão ter um projeto pedagógico, buscando uma formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

O investimento e a articulação do ensino com a pesquisa está referenciado na LDB (1996) em seu capítulo IV, Art. 43º I, quando ressalta que a finalidade da educação é “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”.

5. Conclusões

Na busca de transformação, as Instituições de Ensino Superior (IES) planejam e realizam ações que viabilizam o processo de qualificação do ensino público. Contudo, muitas vezes, essas iniciativas ficam fragilizadas, já que estão presentes vários fatores obstaculizadores, tais como: formas de gestão, desconcentração como descentralização, autonomia outorgada, bem como falta de recursos necessários para a realização dessas iniciativas configuradas na

construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Dessa forma, o presente estudo procurou analisar o PPP do curso de Ciências Contábeis das IES públicas da Bahia (UEFS, UNEB, UFBA, UESB e UESC) à luz dos princípios que norteiam o projeto pedagógico no processo ensino-aprendizagem, ao qual se revelou que os projetos pedagógicos da IES baianas apresentaram fragilidades no que concerne à contemplação plena das disciplinas na matriz curricular, porquanto deveriam estar alinhadas ao eixo central do curso do curso, possuindo em seu elenco disciplinas voltadas para realidade das IES.

Assim, os princípios norteadores, tais como Igualdade, Gestão Democrática, Liberdade e Valorização do Magistério, trazem a questão da Qualidade na elaboração do currículo, quando abordam

Quadro 9 – Ensino e Pesquisa em Contabilidade

IES	Ensino e pesquisa em contabilidade
UEFS	O projeto aborda a integração da Graduação com a Pós-Graduação, dando destaque para as linhas de pesquisas estabelecidas. Porém, como anteriormente observado, não foi dada a devida relevância à linha de pesquisa relativa à Controladoria, uma vez que a carga horária das três linhas de pesquisa da universidade é a mesma (20h), quando deveria ser maior a fim de garantir uma eficiência na pesquisa. Todavia, não se percebe uma correlação entre o desenvolvimento de pesquisa e sua aplicação prática para a comunidade científica ou até mesmo para a comunidade no entorno da universidade.
UNEB	Contempla os princípios norteadores, visto que os incentivos à pesquisa e às atividades de extensão conferem um dinamismo no PPP exigido pela contemporaneidade, em que as rápidas transformações induzem à contextualização do que é aprendido dentro da IES.
UFBA	A IES em questão propõe a participação dos alunos em pesquisa científica com o propósito de diversificar a aprendizagem. Este processo ocorre através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), bem como em atividades de extensão desenvolvidas pela IES. Assim sendo, os alunos têm condições de conviver com outras áreas do conhecimento por meio da pesquisa, proporcionando um maior aprofundamento dos conteúdos.
UESB	A IES analisada prima pela pesquisa na área contábil, relacionando-a as suas atividades principais e complementares, no intuito de compatibilizar os princípios de qualidade balizados no seu PPP e introspectados no conceito de cidadania e de profissionalismo que reitera a relação docente-discente. A pesquisa também concentra o incentivo à produção científica, com a publicação de trabalho científico na área de Contabilidade e integra o aluno pesquisador como bolsista de iniciação científica e o incentiva a participar de concursos sobre temas relacionados à Contabilidade.
UESC	A instituição declara afirmativamente, em seu PPP, que contempla os princípios norteadores da pesquisa e das atividades de extensão baseados na promoção de estudos sobre: os fatos contábeis da administração geral das entidades privadas e/ou públicas; registro e análise dos fatos ocorridos, setorialmente, em cada organização; registros necessários ao atendimento dinâmico das diversas áreas da legislação fiscal e tributária, que afetam e provocam modificações no patrimônio das entidades; e, interpretações dos dados quantitativos das empresas, com o objetivo de informar, orientar e guiar a administração em termos de gestão e tomada de decisões.

Fonte: Dados da Pesquisa, set./2008.

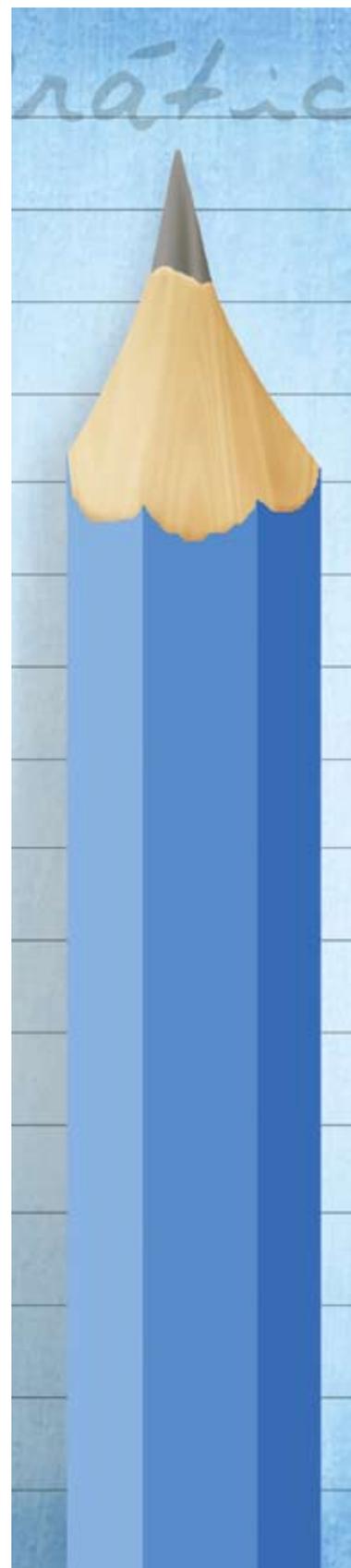


a tarefa de formar cidadãos com condições de participar da vida socioeconômica do País. Vê-se que a construção do PPP requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalações de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

Não obstante, evidenciou-se ainda que, quanto à pesquisa científica, não se observa uma correlação entre o desenvolvimento de pesquisa e sua aplicação prática para a comunidade científica ou, até mesmo, para a comunidade que vive no entorno da universidade, com incentivos por meio de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, bem como integração da Graduação com a Pós-Graduação.

No que concerne ao perfil profissional, em algumas IES, não se confere um alinhamento com a interdisciplinaridade ao não descrever o egresso como um profissional contábil constituído de visão ética, holística, sistêmica, pois uma educação permanente requer que se adquira uma metodologia emancipatória traduzida por competências e habilidades e que leve o aluno a aprender a aprender em toda a sua existência.

Diante dessa transitoriedade e com a possibilidade de contribuir na construção da formação do aluno e dos professores do curso de Ciências Contábeis - e de conjuntamente desenhar uma sociedade democrática, não utópica, mas nas condições efetivas dos limites, em que sejam respeitadas as diferenças e, sobretudo, sejam superadas as desigualdades sociais -, é que o PPP tem no currículo em ação um de seus princípios constitutivos. Portanto, a elaboração do PPP para o curso de Ciências Contábeis deverá ser conciliável com dinamismo da sociedade, suas demandas, sua exigências, assim como os limites do curso e da instituição.



Referências

ANDRÉ, M.E.D.A. A pesquisa no cotidiano da escola e o repensar da didática. In: *Educação e Sociedade*, n. 27, 1987, p. 84-92.

APPLE, Michael. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: 1997

BERNSTEIN, Brasil. *Classes, códigos y control*. Madri: Akal, 1989.

BOGDAN, C. R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Diretrizes curriculares para os cursos de graduação*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 novembro de 2008.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, MEC - SEF, 1997.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRESSAN, Flávio. *O método do estudo de caso*. Administração On line, São Paulo v. 1, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm>. Acesso em: 07 de dezembro de 2008.

CHAVES, A. *O ciclo de formação geral e a reforma do ensino superior*. [2007]. Disponível em: <<http://www.educacao.gov.br/reforma/Documentos/ARTIGOS/2005.3.7.17.4.56.pdf>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2008.

COOL, César. *Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DEMO, Pedro. *A nova LDB - Ranços e Avanços*. Campinas: Papirus, 1997.

Dewey, J. *Democracy and education*. New York: McMillan, 1916.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Práticas interdisciplinares na escola*. 10. ed. São Paulo - SP: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudanças: saberes necessários à prática educativa*. 30 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Isac P.; PORTO, Maria Alice G.; GOMES, Sônia Maria da S.; SILVA, Antonio Carlos R. da. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis - Uma Abordagem Interdisciplinar nas IES Públicas da Bahia. In: 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2008, Gramado - RS. Anais... Gramado - RS: 2008.

GUIMARÃES, Isac P. GOMES, Sônia Maria da S. Training based on competencies and Abilities: An interdisciplinary scope evidenced by the process of Globalization. In: 5th INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT - FEA/USP, 2008, São Paulo - SP. Anais... São Paulo - SP: 2008.

GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e historia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

HEDRIKSEN, Edson; BREDÁ, Michael F. V. *Teoria da Contabilidade*. Trad. De Antonio Zoratto Sanvicente. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José C. *Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. As Faculdades de Ciências Contábeis e a Formação do Contador. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, 1985.

LAFFIN, Marcos. *De contador a Professor: A trajetória da docência no ensino superior de Contabilidade*. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo, Diversidade e Equidade*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MARION, J. C. *O ensino da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos, GARCIA, Elias e CORDEIRO, Moroni. *A Discussão sobre a Metodologia de Ensino Aplicável a Contabilidade*. Disponível em <http://www.marion.pro.br>. Acesso em: 05 mai. 2008.

MATIAS _PEREIRA, José; *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CES 10/2004*, de 16 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne>. Acesso em: 28 jun. 2008.

NOSSA, Valcemiro. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil: Uma análise crítica. *Cadernos de Estudos FIECAFI*. São Paulo: FEA/USP, v. 11, n. 21, p. 74-92, mai./ago. 1999.

NOSSA, Valcemiro. A Necessidade de Professores Qualificados e Atualizados para o Ensino da Contabilidade. *VI Congresso Brasileiro de Custos*, São Paulo, jun/jul. 1999.

PACHECO, José Augusto. *Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico: uma área curricular integrada*. Texto policopiado, 2000.

PACHECO, José Augusto. *Escritos Curriculares*. São Paulo: Cortez, 2005.

RICCIO, Edson L; SAKATA, Marici C. G. Evidências da Globalização na Educação Contábil: estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidades brasileiras e portuguesas. *Revista Contabilidade e Finanças - USP*. São Paulo: FEA/USP, n. 35, p. 35 - 44, mai./ago. 2004.

SACRISTÁN, J. G. *O Currículo - Uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e Interdisciplinaridade: O Currículo Integrado*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Antonio Carlos R da. *Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SIQUEIRA, H. S. G. Formação interdisciplinar: exigência sócio-política para um mundo em rede. SIMPÓSIO ESTADUAL DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 7., 2003, Francisco Beltrão, PR. *Anais eletrônico...* Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2003. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/mundorede.html>. Acessado em 25/11/2006

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.) *Projeto Político-Pedagógico: uma construção possível*. 17. ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____. *Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2005.

_____. *Lições de Didática*. São Paulo: Papirus, 2006.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
